



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.

31 de dezembro de 2025

# Índice



Relatório da Administração.....	3
Relatório do Auditor.....	5
Balanco patrimonial .....	8
Demonstração do resultado.....	9
Demonstração do resultado abrangente.....	10
Demonstração das mutações no patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa .....	12
Demonstração consolidada dos recursos de consórcio .....	13
Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios .....	14
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis.....	15
Nota 1 – Contexto operacional.....	15
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis – Individuais .....	15
Nota 3 – Principais práticas contábeis – Administradora .....	17
Nota 4 – Conciliação do Patrimônio Líquido – Adoção inicial da Resolução BCB nº 352/2023.....	25
Nota 5 – Disponibilidade – circulante .....	25
Nota 6 – Instrumentos financeiros.....	25
Nota 7 – Outros ativos .....	28
Nota 8– Imobilizado .....	29
Nota 9 – Intangível – softwares .....	29
Nota 10 – Outros passivos.....	29
Nota 11 – Provisões.....	30
Nota 12 – Patrimônio líquido.....	31
Nota 13 – Receitas de prestação de serviços .....	32
Nota 14 – Despesas tributárias .....	32
Nota 15 – Ativo Fiscal diferido, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido .....	32
Nota 16 – Critérios de tributação.....	34
Nota 17 – Despesas de pessoal.....	35
Nota 18 – Outras despesas administrativas.....	35
Nota 19 – Outras receitas operacionais .....	35
Nota 20 – Outras despesas operacionais .....	36
Nota 21 – Transações com partes relacionadas .....	36
Nota 22 – Outras informações da Administradora .....	37
Nota 23 – Principais práticas contábeis para grupos de consórcios.....	37
Nota 24 – Aplicações financeiras – Grupos.....	39
Nota 25 – Gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital .....	40
Nota 26 – Resultados não recorrentes .....	41
Nota 27 – Eventos subsequentes.....	41
Composição da diretoria .....	41

---

## Cenário Macroeconômico

---

Em 2025, a economia brasileira apresentou crescimento estimado de 2,3%, sustentado principalmente pelo desempenho do setor de serviços e pela resiliência do consumo das famílias, favorecidos por um mercado de trabalho aquecido. A taxa média de desemprego encerrou o ano em 5,6%, enquanto a massa real de rendimentos avançou 5,5%, contribuindo para a sustentação da demanda. A inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 4,3%, acima da meta, refletindo pressões persistentes nos serviços, em especial os intensivos em mão de obra. Diante desse cenário, a política monetária permaneceu restritiva, com a taxa Selic em 15,0% ao final do período. No campo fiscal, o setor público consolidado registrou déficit primário de 0,5% do PIB, com a dívida líquida atingindo 67,4% do PIB e a dívida bruta aproximando-se de 79,7% do PIB, evidenciando a fragilidade estrutural das contas públicas. No setor externo, a balança comercial encerrou o ano com superávit de US\$ 68,3 bilhões, ainda elevado, mas inferior ao observado em 2024.

Para 2026, as projeções indicam desaceleração da atividade, com crescimento do PIB estimado em 1,6%, refletindo menor impulso da agropecuária e investimentos mais contidos, em um ambiente de crédito ainda seletivo. A inflação deve recuar marginalmente para 4,1%, permanecendo acima da meta, o que justifica uma flexibilização monetária cautelosa, com expectativa de redução gradual da Selic ao longo do ano, encerrando 2026 em torno de 12,5%. O mercado de trabalho tende a perder fôlego, com taxa de desemprego média projetada em 6,3% e crescimento mais moderado da massa de renda (3,5%). No âmbito fiscal, o déficit primário deve se ampliar para cerca de 0,7% do PIB, com avanço da dívida líquida para 71,2% do PIB, mantendo o tema fiscal como um dos principais vetores de risco. No setor externo, projeta-se redução do superávit comercial para US\$ 62,2 bilhões, em um contexto de desaceleração global e preços internacionais de commodities menos favoráveis. Assim, 2026 se configura como um ano de crescimento moderado, elevada sensibilidade ao ambiente político-eleitoral e desafios relevantes para a política fiscal e macroeconômica.

## Sicoob Administradora de Consórcios

O Sicoob Consórcios é uma empresa pioneira no segmento de consórcios, fundada em 1972, com histórico de 53 anos de mercado brasileiro. Em 2011, passou a ser controlada pelo Banco Sicoob e, com isso, redirecionou a comercialização de seus produtos aos cooperados do Sicoob, operando com consórcios em todos os segmentos autorizados pelo Banco Central (veículos leves, imóveis, motos, serviços, veículos pesados e outros bens móveis). O Sicoob Consórcios encerrou o 2º semestre de 2025 com 485.986 cotas ativas e carteira total administrada de R\$ 61,79 bilhões em cotas de consórcios. Com o resultado líquido de R\$ 134,2 milhões no exercício de 2025, o Sicoob Consórcios se apresenta como uma empresa sólida e segue avançando em um mercado bastante competitivo.

## Performance

O Sicoob Administradora de Consórcios encerrou o ano de 2025 com ativos totais consolidados de R\$ 1,2 bilhão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Sicoob Administradora de Consórcios contava com 485.986 cotas ativas e 61.318 bens entregues no período.

O lucro líquido do exercício de 2025 foi de R\$ 134,2 milhões, com retorno anualizado de 22,68% sobre o patrimônio líquido (ROE), o que reflete o bom desempenho do Sicoob Consórcios, tanto em comercializações como em incremento da carteira.

## Agradecimentos

Aos nossos consorciados, agradecemos a confiança na administração dos seus recursos. Ao conglomerado por todo suporte negocial despendido à Administradora. Às cooperativas centrais e singulares do Sicoob pelo trabalho executado em parceria, principalmente pela comercialização dos produtos de consórcios e aos nossos colaboradores pela dedicação e compromisso.

Administração



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Quotistas  
Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2025 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Informações comparativas**

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2026

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas  
Contador CRC 1SP235228/O-5

Ativo	Nota	2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025
<b>Circulante e não circulante</b>		<b>1.217.192</b>	<b>Circulante e não circulante</b>		<b>521.937</b>
<b>Disponibilidades</b>	5	<b>492</b>	<b>Outros passivos</b>	10	<b>518.418</b>
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado (CA)</b>	6(a)	<b>54.422</b>	Obrigações sociais e estatutárias		950
Rendas a receber – taxa de administração		6.550	Obrigações fiscais e previdenciárias		71.794
Aporte aos grupos		1.734	Taxa de administração recebida antecipada		408.297
Aquisição de cotas de consórcios		46.138	Outros		37.377
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	6(b)	<b>515.298</b>	<b>Provisões</b>	11	<b>1.292</b>
Títulos privados de instituições financeiras		515.298	Provisões para contingências		1.292
<b>Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)</b>	6(c)	<b>1.773</b>	<b>Obrigações fiscais diferidas</b>	15	<b>2.227</b>
Cotas de fundos de investimentos		1.773	Outras obrigações fiscais diferidas		2.227
<b>(-) Provisões para perdas esperadas/incorridas assoc. ao risco de crédito</b>		<b>(7.814)</b>			
Rendas a receber – taxa de administração	6(a2)	(6.080)			
Aporte aos grupos	6(a3)	(1.734)			
<b>Outros ativos</b>	7	<b>638.145</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>695.255</b>
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		70.621	Capital Social	12(a)	549.058
Despesas antecipadas		555.683	Reservas de lucros	12(b)	146.197
Outros		11.841			
<b>Ativo fiscal diferido</b>	15	<b>14.434</b>			
<b>Imobilizado</b>	8	<b>438</b>			
Imobilizações de uso		1.728			
(-) Depreciações acumuladas		(1.290)			
<b>Intangível</b>	9	<b>4</b>			
Ativos intangíveis		1.187			
(-) Amortizações acumuladas		(1.183)			
<b>Total do ativo</b>		<b>1.217.192</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.217.192</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.  
**Demonstração do resultado**  
**Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025**



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>40.213</b>	<b>73.539</b>
Resultado com títulos e valores mobiliários		40.213	73.539
<b>Receitas Operacionais</b>		<b>326.847</b>	<b>662.534</b>
Receitas de prestação de serviços	13	304.625	629.061
Recuperação de encargos e despesas		87	234
Outras receitas operacionais	19	22.135	33.239
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(272.679)</b>	<b>(529.997)</b>
Despesas de pessoal	17	(9.369)	(18.438)
Outras despesas administrativas	18	(186.649)	(382.969)
Despesas tributárias	14	(46.734)	(95.626)
Outras despesas operacionais	20	(29.927)	(32.964)
<b>Provisões</b>		<b>(1.154)</b>	<b>(3.493)</b>
Provisões/(reversões) perdas esperadas/incorridas	6(a4)	(463)	(2.182)
Provisões/(reversões) para contingências		(691)	(1.311)
<b>Resultado operacional</b>		<b>93.227</b>	<b>202.583</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(2)</b>	<b>(40)</b>
Outras despesas não operacionais		(2)	(40)
<b>Resultado antes da tributação sobre lucro e participações</b>		<b>93.225</b>	<b>202.543</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	15	<b>(30.075)</b>	<b>(67.404)</b>
Imposto de renda		(18.828)	(46.740)
Contribuição social		(7.903)	(18.034)
Ativo/passivo fiscal diferido		(3.344)	(2.630)
<b>Participação dos empregados no resultado</b>		<b>(478)</b>	<b>(928)</b>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>62.672</b>	<b>134.211</b>
<b>Quantidade de cotas no final do semestre/exercício</b>		<b>549.057</b>	<b>549.057</b>
<b>Lucro por cota – R\$</b>		<b>0,11</b>	<b>0,24</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.  
**Demonstração do resultado abrangente**  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>62.672</b>	<b>134.211</b>
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente do semestre/exercício</b>		<b>62.672</b>	<b>134.211</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
 Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva Especial de lucros	Lucros/prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>447.115</b>	<b>13.022</b>	<b>101.943</b>	<b>-</b>	<b>562.080</b>
Adoção inicial Resolução BCB 352/23	4	-	-	-	(1.036)	<b>(1.036)</b>
Aumento de capital	12(a)	101.943	-	(101.943)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	134.211	<b>134.211</b>
<b>Destinações propostas:</b>						
Reserva de lucros	12(b)	-	6.711	126.464	(133.175)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>549.058</b>	<b>19.733</b>	<b>126.464</b>	<b>-</b>	<b>695.255</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>		<b>549.058</b>	<b>16.599</b>	<b>67.962</b>	<b>(1.036)</b>	<b>632.583</b>
Lucro líquido do semestre		-	-	-	62.672	<b>62.672</b>
<b>Destinações propostas:</b>						
Reserva de lucros	12(b)	-	3.134	58.502	(61.636)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>549.058</b>	<b>19.733</b>	<b>126.464</b>	<b>-</b>	<b>695.255</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025**



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		93.225	202.543
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		463	2.182
Depreciações e amortizações		126	252
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		567	1.119
Outros		2	40
<b>Mutações das contas patrimoniais</b>			
Redução/aumento dos títulos e valores mobiliários		15.283	(28.136)
Aumento/redução de outros créditos		(22.480)	1.921
Aumento de outros valores e bens		(106.670)	(176.509)
Aumento/redução das obrigações sociais e estatutárias		478	(70)
Redução das obrigações fiscais e previdenciárias		(5.376)	(56.691)
Aumento das obrigações diversas		59.787	118.223
Imposto de renda e contribuição social pagos		(35.109)	(64.509)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais</b>		<b>296</b>	<b>365</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado		(22)	(58)
<b>Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos</b>		<b>(22)</b>	<b>(58)</b>
<b>Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>274</b>	<b>307</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		218	185
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		492	492
<b>Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>274</b>	<b>307</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.  
**Demonstração consolidada dos recursos de consórcio**  
**31 de dezembro de 2025**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025
<b>Circulante</b>		<b>11.450.372</b>	<b>Circulante</b>		<b>11.450.372</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2</b>	<b>Outros passivos</b>		<b>11.450.372</b>
<b>Aplicações financeiras</b>	24	<b>4.754.243</b>	Obrigações com consorciados		5.576.740
<b>Outros ativos</b>		<b>6.696.127</b>	Valores a repassar		94.800
Valores a receber		5	Obrigações por contemplações a entregar		3.199.970
Bens apreendidos ou retomados		8.043	Obrigações com a administradora		1.382
Direitos junto a consorciados contemplados		6.688.079	Recursos a devolver a consorciados		1.301.083
			Recursos do grupo		1.276.397
<b>Compensação</b>		<b>66.184.415</b>	<b>Compensação</b>		<b>66.184.415</b>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		393.396	Recursos mensais a receber de consorciados		393.396
Contribuições devidas aos grupos		33.724.464	Obrigações do grupo por contribuições		33.724.464
Valores dos bens ou serviços a contemplar		32.066.555	Bens ou serviços a contemplar		32.066.555
<b>Total geral do ativo</b>		<b>77.634.787</b>	<b>Total geral do passivo</b>		<b>77.634.787</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.  
**Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades  
de grupos de consórcios**

**Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
<b>Disponibilidades no início do semestre/exercício</b>	<b>4.260.932</b>	<b>3.773.764</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.106	110
Aplicações financeiras do grupo	1.343.003	1.223.136
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	2.915.823	2.550.518
<b>(+) Recursos coletados</b>	<b>4.983.547</b>	<b>9.607.378</b>
Contribuições para aquisição de bens	3.974.086	7.683.879
Taxa de administração	355.186	720.980
Contribuições ao fundo de reserva	110.071	214.954
Rendimentos de aplicações financeiras	437.765	780.307
Multas e juros moratórios	7.503	14.477
Prêmios de seguros	39.213	76.570
Custas judiciais	6.092	11.520
Reembolso de despesas de registro	16.031	30.748
Outros	37.600	73.943
<b>(-) Recursos utilizados</b>	<b>4.490.234</b>	<b>8.626.897</b>
Aquisição de bens	3.948.421	7.506.038
Taxa de administração	360.446	735.422
Multas e juros moratórios	3.722	7.211
Prêmios de seguros	39.749	77.083
Custas judiciais	4.903	8.481
Devolução a consorciados desligados	52.940	96.781
Despesas de registro de contrato	15.502	29.696
Outros	64.551	166.185
<b>Disponibilidades no final do semestre/exercício</b>	<b>4.754.245</b>	<b>4.754.245</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2	2
Aplicações financeiras do grupo	1.554.273	1.554.273
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	3.199.970	3.199.970

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Nota 1 – Contexto operacional

---

O Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. – Sicoob Consórcios (“Instituição” ou “Administradora”), antes denominada Ponta Administradora de Consórcio Ltda, é uma sociedade limitada unipessoal, que iniciou suas atividades em 3 de março de 1972 e está localizada no SIG, Quadra 01, Lote 985, Sala 302, Edifício Centro Empresarial Parque Brasília, CEP 70610-410, Setor de Indústrias Gráficas, Brasília/DF. A Instituição é controlada pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob. O objeto social é a constituição e a administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis, imóveis e serviços, sendo o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.

## Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

---

### a) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administradora atende ao disposto nas Resoluções BCB 2/2020 e BCB 120/2021.

O Sicoob Consórcios adotou ao que determina o artigo 102 da Resolução BCB nº 352/2023, onde ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Conforme requerido pelo BACEN, estão sendo apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios. A autorização para emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em reunião realizada em 11 de fevereiro 2026.

### b) Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional e a de apresentação das demonstrações contábeis é o Real (R\$).

### c) Normas emitidas, aplicáveis a partir de 01/01/2025

**Resolução BCB n.º 178**, de 19 de janeiro de 2022, estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 06 (R2) – Arrendamentos no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil. A implementação da norma não gerou impacto no Sicoob Consórcios e será aplicada prospectivamente quando aplicável.

**Resolução BCB nº 352**, de 23 novembro de 2023, introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- A adoção do modelo de perda esperada completa para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito. Classificando, ainda, os instrumentos financeiros em estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado, são 3 estágios de classificação. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.
- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da instituição e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de SPPJ) e não mais com base na intenção.
- As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;
- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- Mudança no critério de baixa de ativo financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a instituição não tem mais expectativa de recuperação.
- Vedação de registro no ativo de instrumentos baixados a prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

A instituição adotou a disposição transitória prevista no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/2023 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os critérios contábeis estabelecidos pela normativa foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

A adoção da norma não trouxe impacto do ponto fiscal, considerando que os efeitos da Lei 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras, não se aplicam as administradoras de consórcios.

A reconciliação do patrimônio líquido da instituição demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 4.

## Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis

---

### a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Empresa use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a valorização de títulos e valores mobiliários, a provisão para perdas esperadas e incorridas associadas ao risco de crédito, a estimativa de realização dos créditos tributários e provisões para causas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

### c. Receita de taxa de administração e despesa de comissão

- **Receita de taxa de administração**

As receitas de taxa de administração recebidas antecipadamente são apropriadas ao resultado pelo regime de competência conforme o prazo do contrato, refletindo a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado, conforme disposições da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021.

- **Despesa de comissão**

As despesas de comissão pagas antecipadamente são apropriadas ao resultado pelo regime de competência obedecendo o prazo do contrato.

#### **d. Aquisição de cotas de consórcios**

A Administradora, com o objetivo de oferecer uma alternativa ao consorciado cuja cota foi cancelada, seja por solicitação ou inadimplência, para receber parte do valor pago (desconsideradas as penalidades ou multas pelo cancelamento), antes do sorteio mensal ou ao término do grupo, e reduzir a transferência de cotas para o mercado secundário, onde frequentemente são negociadas com condições menos favoráveis aos consorciados.

Esse processo prevê a aplicação de um deságio calculado de forma transparente e equitativa, com os seguintes objetivos:

- a) beneficiar os consorciados, oferecendo um deságio justo e uma alternativa competitiva ao mercado secundário;
- b) diminuir a comercialização de cotas no mercado secundário; e
- c) proporcionar aos consorciados que tiveram suas cotas canceladas, seja por solicitação ou inadimplência, uma alternativa de recebimento antes do término do grupo.

As cotas de consórcios canceladas/excluídas são adquiridas pela Administradora, registradas pelo valor negociado e apropriadas “pro rata temporis”.

#### **e. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, são utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

#### **f. Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos, calculadas “pro rata temporis”, líquidas das devidas provisões, quando aplicável. As obrigações estão registradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações incorridos.

#### **g. Instrumentos financeiros**

##### **1. Classificação dos instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

**Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

**Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

**Valor Justo no Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a instituição avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

## II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

**Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato.

**Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas de juros". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

**Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial:** são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

### Hierarquia do valor justo:

Para os ativos financeiros mensurados a valor justo, os diferentes níveis foram definidos como segue:

**Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

**Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

**Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

### III. Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Instituição não reclassificou seus ativos e passivos financeiros no exercício apresentado.

### IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

#### h. Método de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui as receitas e os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

#### i. Provisão para perdas

##### I. Visão Geral

A instituição é investida do Banco Sicoob que integra o segmento prudencial “S2”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia completa.

Nessa metodologia, foram construídos modelos estatísticos de perdas esperadas e avaliados os pisos mínimos de provisionamento para operações em Estágio 3, baseados nos conceitos e diretrizes da Resolução BCB nº 352 de 2023.

A instituição analisa perdas esperadas, para os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e “VJORA”) e
- Outros ativos financeiros (mensurados ao custo amortizado).

## II. Estágios

A instituição aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

**Estágio 1:** refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de ativo problemático considerada no modelo de perda estimada é estimada para os próximos 12 meses.

**Estágio 2:** refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que não são caracterizadas como ativo em recuperação de crédito. Para esses casos, a perda esperada é estimada considerando a probabilidade do ativo torna-se problemático ao longo da vida esperada da operação.

**Estágio 3:** refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (ativo problemático). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos modelos internos da instituição; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

## III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de inadimplemento para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela instituição é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de não recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de ativo problemático), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

#### IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

**Probabilidade de ativo problemático – PD:** A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplimento/torna-se problemático em uma janela de tempo determinada;

**Perda dada ao ativo problemático – LGD:** A LGD (Loss Given Default) corresponde ao percentual estimado de perda em caso de inadimplência de um associado, refletindo a parcela da exposição ao risco de crédito que não se espera recuperar após o evento de ativo problemático, considerando a realização de garantias, fluxos de recuperação e custos associados aos processos de cobrança.

**Exposição ao ativo problemático – EAD:** representa o montante da exposição ao risco de crédito no momento em que o ativo se torna problemático, abrangendo o saldo devedor contabilizado e eventuais compromissos assumidos, tais como limites de crédito não utilizados, os quais são ajustados por fatores de conversão apropriados. Adicionalmente, a Resolução BCB nº 352 de 2023, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos. Em outras palavras, as variáveis *forward looking* funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos.

#### j. Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

A instituição considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático, se cumpridos os requisitos:

- I – Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- II – Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;
- III – cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e
- IV – Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

As operações serão baixadas para prejuízo, quando estiver com:

- 100% de provisionamento; e
- Possuir quantidade de dias de atraso de acordo com as regras de produto.

Para fins de critérios de “cura”, a instituição considera as seguintes premissas:

- Inexistência de quaisquer dias de atraso;

#### **k. Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, às seguintes taxas anuais:

- Móveis e equipamentos de uso – 10%;
- Equipamentos de Informática – 20%;

#### **l. Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%.

#### **m. Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais**

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% quando aplicável, e a contribuição social, à alíquota de 9%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes. Com a edição da Medida Provisória nº 1.303, de 11 junho de 2025, não houve alteração de alíquota para CSLL para as administradoras de consórcios.

Os ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima. Ambos foram reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução BCB nº 15/20. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

#### **n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal da Administradora ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09 que determina a observância do Pronunciamento Técnico 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

**Ativos contingentes** – Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis;

**Provisão para causas judiciais** – São reconhecidas contabilmente, baseadas na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, e quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis, quando individualmente relevantes.

#### **o. Pronunciamentos técnicos – CPCs**

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 06 (R2) – Arrendamentos – Resolução BCB nº 178/2022;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 24 – Evento Subsequente Resolução BCB nº 2/2020;

- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução BCB 9/2020;
- CPC 33 – (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução BCB n.º 59/2020;
- CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB n.º 2/2020;
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – Resolução BCB nº 120/2021 e
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente – Resolução BCB nº 120/2021.

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

## Nota 4 – Conciliação do Patrimônio Líquido – Adoção inicial da Resolução BCB nº 352/2023

As diferenças nos saldos contábeis de ativos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido a partir de 1º de janeiro de 2025. O valor de R\$ 1.036 está composto pelo ajuste da provisão de perda esperada e incorrida sobre a taxa de administração e aporte aos grupos, líquidos dos efeitos tributários

### Conciliação do Patrimônio Líquido

<b>Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>562.080</b>
<b>Ajustes decorrentes da adoção inicial, líquidos de efeitos fiscais</b>	<b>(1.036)</b>
Perda incorrida com aporte aos grupos de consórcios	(517)
Perda esperada/incorrida com taxa de administração a receber	(519)
<b>Patrimônio líquido em 01/01/2025</b>	<b>561.044</b>

## Nota 5 – Disponibilidades - circulante

	<b>2025</b>
Depósitos bancários (i)	492
<b>Total</b>	<b>492</b>

i. Parte relacionada com o Banco Sicoob nota 21 (a)

## Nota 6 – Ativos financeiros

### a. Mensurados ao Custo Amortizado

	<b>2025</b>
Rendas a receber – taxa de administração	6.550
Aporte aos Grupos	1.734
Aquisição de cotas de consórcios (i)	46.138
<b>Total</b>	<b>54.422</b>
<b>Circulante</b>	<b>19.546</b>
<b>Não circulante</b>	<b>34.876</b>

(i) Refere-se principalmente a recompra de cotas canceladas/excluídos adquiridas de consorciados.

### a1. Classificação por estágios

	Saldo 01/01/2025	Aquisições/ liquidações	Saldo 31/12/2025	Provisão constituída líquida
<b>Estágio 1</b>				
Rendas a receber – taxa de administração (i)	190	30	220	33
Aquisição de cotas de consórcios (ii)	-	46.138	46.138	-
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>46.168</b>	<b>46.358</b>	<b>33</b>
<b>Estágio 2</b>				
Rendas a receber – taxa de administração (i)	287	57	344	89
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>57</b>	<b>344</b>	<b>89</b>
<b>Estágio 3</b>				
Rendas a receber – taxa de administração (i)	4.815	1.171	5.986	5.958
Aporte aos grupos (iii)	1.831	(97)	1.734	1.734
<b>Total</b>	<b>6.646</b>	<b>1.074</b>	<b>7.720</b>	<b>7.692</b>

- (i) Não houve baixa para prejuízo no exercício;
- (ii) A aquisição de cotas de consórcios iniciou-se em fevereiro de 2025 e não houve movimentação de estágios e baixa para prejuízo no exercício; e
- (iii) não houve movimentação de estágios e baixa para prejuízo no exercício.

### a2. Composição de rendas a receber – taxa administração

	2025
Rendas a receber	6.550
(-) Perda esperada – rendas a receber	(721)
(-) Perda incorrida – rendas a receber	(5.359)
<b>Subtotal</b>	<b>470</b>
<b>Total</b>	

### a3. Composição de aporte aos grupos

	2025
Aporte aos grupos	1.734
(-) Perda incorrida – aporte aos grupos	(1.734)
<b>Total</b>	<b>-</b>

### a4. Movimentação das provisões para perdas esperadas/incorridas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
<b>Saldo no início do semestre/exercício</b>	<b>7.351</b>	<b>5.632</b>
Constituição/(reversão) perdas esperadas assoc. ao risco de crédito – rendas a receber – taxa administração	250	619
Constituição/(reversão) perdas incorridas assoc. ao risco de crédito – rendas a receber – taxa administração	293	612
Constituição/(reversão) perdas incorridas associadas ao risco de crédito – aporte aos grupos	(80)	951
<b>Subtotal</b>	<b>463</b>	<b>2.182</b>
<b>Saldo no final do semestre/exercício</b>	<b>7.814</b>	<b>7.814</b>

#### a5. Movimentação de estágios

	Saldo 01/01/2025	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Atualização do bem	Saldo final em 31/12/2025
<b>Estágio 1</b>							
Rendas a receber – taxa de administração	190	(27)	(22)	25	26	28	220
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>(27)</b>	<b>(22)</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>28</b>	<b>220</b>

	Saldo 01/01/2025	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Atualização do bem	Saldo final em 31/12/2025
<b>Estágio 2</b>							
Rendas a receber – taxa de administração	287	(25)	(81)	27	38	98	344
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>(25)</b>	<b>(81)</b>	<b>27</b>	<b>38</b>	<b>98</b>	<b>344</b>

	Saldo 01/01/2025	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Atualização do bem	Saldo final em 31/12/2025
<b>Estágio 3</b>							
Rendas a receber – taxa de administração	4.815	(26)	(38)	22	81	1.132	5.986
<b>Total</b>	<b>4.815</b>	<b>(26)</b>	<b>(38)</b>	<b>22</b>	<b>81</b>	<b>1.132</b>	<b>5.986</b>

#### b. Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

	2025					Valor de mercado	Ajuste do custo atualizado
	Sem Vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos			
CDB – Banco Sicoob (i)	-	-	515.298	-	-	515.298	515.298
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>515.298</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>515.298</b>	<b>515.298</b>
<b>Circulante</b>							<b>-</b>
<b>Não circulante</b>						<b>515.298</b>	

i. Referem-se a Títulos de Renda Fixa – CDB, emitidos pelo Banco Sicoob. Esses títulos possuem liquidez diária e marcação a mercado considerando taxa de mercado (100% CDI).

O resultado gerado por essas aplicações em CDB no exercício de 2025 foi R\$ 73.539 (1º semestre/2025 – R\$ 40.213) em linha com o cenário de taxa de juros.

#### b1. Classificação por estágio

Estágio 1	Saldo 01/01/2025	Aquisições/ liquidações	Saldo em 31/12/2025
CDB – Banco Sicoob (i)	487.324	27.974	515.298
<b>Total</b>	<b>487.324</b>	<b>27.974</b>	<b>515.298</b>

\* Não houve baixa para prejuízo, movimentação de estágios e nem constituição de provisão para perdas no período.

### c. Mensurados ao Valor Justo no Resultado

	Sem Vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor do custo atualizado
Cotas do Sicoob DI Fundo de Investimento Referenciado DI (i)	1.773	-	-	-	1.773	1.773
<b>Total</b>	<b>1.773</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.773</b>	<b>1.773</b>
<b>Circulante</b>					<b>1.773</b>	
<b>Não circulante</b>					<b>-</b>	

- i. Refere-se à aplicação dos recursos não procurados dos grupos encerrados que são remunerados pela renda fixa conforme Art. 10º § 2º da Resolução BCB 285/2023 – (Nota 10).

#### c1. Recursos não Procurados dos Grupos Encerrados

A Resolução BCB nº 156/2021 que entrou em vigor em 01.01.2022 estabelece que, na escrituração dos grupos de consórcio encerrados, as administradoras de consórcio devem registrar os recursos nas adequadas contas de compensação, com a exceção dos recursos não procurados constituídos antes da vigência da Lei nº 11.795/2008, os quais devem permanecer registrados no ativo e no passivo da Administradora.

	2025
<b>Instrumentos financeiros</b>	
Cotas de fundos de Investimentos	1.773
<b>Compensação</b>	
Valores aplicados pela administradora – recursos de grupos encerrados – FI e FICFI – Recursos não procurados	87.858
<b>Total</b>	<b>89.631</b>
<b>Outros passivos</b>	
Recursos não procurados – valores anteriores à Lei 11.795/2008 (Nota 10)	1.773
<b>Compensação</b>	
Valores aplicados pela administradora – recursos de grupos encerrados	87.858
<b>Total</b>	<b>89.631</b>

## Nota 7 – Outros ativos

	2025
Impostos e contribuições a compensar/recuperar (i)	70.621
Adiantamento e antecipações salariais	343
Despesas antecipadas (ii)	555.682
Impostos previstos – Aplicações Financeiras	6.825
Outros (iii)	4.674
<b>Total</b>	<b>638.145</b>
<b>Circulante</b>	<b>73.088</b>
<b>Não circulante</b>	<b>565.057</b>

- i. Refere-se, principalmente, às antecipações do IRPJ e CS do período;  
 ii. Refere-se principalmente às despesas de comissões pagas registradas pelo regime de competência conforme Resolução BCB nº 120/2021;  
 iii. Refere-se, principalmente, aos valores a receber de cooperativas e depósitos em garantia.

## Nota 8 – Imobilizado

	Mobiliário	Equipamentos de informática	Outros	Imobilizado Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>92</b>	<b>520</b>	<b>57</b>	<b>669</b>
Aquisição	-	58	-	58
Alienação	(33)	-	(7)	(40)
Depreciação	(18)	(220)	(11)	(249)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>41</b>	<b>358</b>	<b>39</b>	<b>438</b>
Custo total	221	1.381	126	1.728
Depreciação acumulada	(180)	(1.023)	(87)	(1.290)
<b>Valor residual</b>				
<b>Taxas anuais médias de depreciação - %</b>	<b>41</b>	<b>358</b>	<b>39</b>	<b>438</b>

## Nota 9 – Intangível - softwares

	Softwares
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>7</b>
Amortização	(3)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>4</b>
Custo total	1.187
Amortização acumulada	(1.183)
<b>Valor residual</b>	<b>4</b>
<b>Taxas anuais de amortização - %</b>	<b>20%</b>

## Nota 10 – Outros passivos

	2025
Sociais e estatutárias	950
Provisão para imposto de renda	45.724
Provisão para contribuição social	17.668
Imposto e contribuição sobre salários	447
Provisão PIS, Cofins e ISS	6.890
Recursos não procurados de grupos encerrados (i)	1.773
Provisão para despesas de pessoal	1.339
Provisão para despesas administrativas (ii)	26.069
Valores recebidos de consorciados de grupos encerrados (iii)	196
Taxa de administração recebida antecipada (iv)	408.297
Provisão p/ perdas com ocorrência de fraudes (v)	8.000
Outros	1.065
<b>Total</b>	<b>518.418</b>
<b>Circulante</b>	<b>100.152</b>
<b>Não circulante</b>	<b>418.266</b>

- i. Referem-se aos recursos não procurados pelos consorciados dos grupos encerrados sobre os quais incidem atualização de valores. A partir de janeiro/2022 os valores referem-se apenas aos recursos não procurados anteriores à Lei 11.795/2008 (Nota 6(c1));
- ii. Refere-se, principalmente, às provisões de programa de incentivos e campanhas de vendas;
- iii. Referem-se aos sinistros recebidos pela seguradora para repasse aos beneficiários;
- iv. Valores recebidos de taxa administração antecipada registrados conforme Resolução BCB nº 120/2021- CPC 47;
- v. Provisão para fazer frente a eventuais irregularidades na comercialização ou contemplação de cotas de consórcio.

## Nota 11 – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

### a) Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados

### b) Passivo contingente classificado como “risco de perda provável”

O Sicoob Administradora possui provisão para causas judiciais e as obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir:

	31/12/2025
Cíveis (2025 – 96 processos) (i)	1.289
Tributário (2025 – 1 processo) (ii)	3
<b>Total</b>	<b>1.292</b>

- i. Ações cíveis discutem, em sua maioria, a controvérsias decorrentes de contratos de consórcio administrados pela instituição, envolvendo alegações de falhas na prestação de serviços, negativa ou atraso na liberação de cartas de crédito, divergências quanto aos valores de crédito ou parcelas, cancelamento ou exclusão de cotas, bem como dificuldades na restituição de valores pagos em casos de desistência ou encerramento de grupos.
- Também são observados questionamentos relacionados à cobrança de taxas, negatização indevida, alegações de fraude, irregularidades em cessões de direitos creditórios e controvérsias acerca da interpretação de cláusulas contratuais ou da condução de procedimentos administrativos no âmbito dos grupos de consórcio.
- Em síntese, os autores pleiteiam, conforme as particularidades de cada caso, a liberação ou pagamento de cartas de crédito, restituição de valores pagos, reconhecimento e registro de cessões de crédito, cancelamento ou revisão de cobranças e encargos, exclusão de restrições cadastrais, cumprimento de obrigações contratuais, declaração de nulidade de cláusulas consideradas abusivas, regularização de registros ou contratos, além de eventual indenização por danos materiais e morais.
- ii. Ação tributária que discute a cobrança de débitos de IPVA vinculados a veículos objeto de contratos de alienação fiduciária, nas quais se questiona a responsabilidade tributária do Sicoob Consórcios na condição de credor fiduciário. As controvérsias concentram-se na legitimidade passiva da instituição para responder por tais débitos, considerando que sua participação se limita à detenção da garantia fiduciária, sem posse ou utilização direta dos bens.

### b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais

2025			
Composição	Cíveis	Tributário	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro 2024</b>	<b>2.080</b>	<b>3</b>	<b>2.083</b>
Constituições no exercício	2.775	-	2.775
Pagamentos no exercício	(2.162)	-	(2.162)
Reversões no exercício	(1.404)	-	(1.404)
<b>Total</b>	<b>1.289</b>	<b>3</b>	<b>1.292</b>

### c) Passivo contingente classificado “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências:

	<b>31/12/2025</b>
(i) Cíveis (2025 – 677 processos)	63.818
(ii) Trabalhistas (2025 – 5 processos)	402
(iii) Tributárias (2025 – 2 processos)	1.350
(iv) Administrativos/Procon (60 processos)	860
<b>Total</b>	<b>66.430</b>

- i. Ações cíveis discutem, em sua maioria, a controvérsias decorrentes de contratos de consórcio administrados pela instituição, envolvendo alegações de falhas na prestação de serviços, negativa ou atraso na liberação de cartas de crédito, divergências quanto aos valores de crédito ou parcelas, cancelamento ou exclusão de cotas, bem como dificuldades na restituição de valores pagos em casos de desistência ou encerramento de grupos.  
Também são observados questionamentos relacionados à cobrança de taxas supostamente abusivas, negativação indevida, alegações de fraude, irregularidades em cessões de direitos creditórios e controvérsias acerca da interpretação de cláusulas contratuais ou da condução de procedimentos administrativos no âmbito dos grupos de consórcio.
- ii. Em síntese, os autores pleiteiam, conforme as particularidades de cada caso, a liberação ou pagamento de cartas de crédito, restituição de valores pagos, reconhecimento e registro de cessões de crédito, cancelamento ou revisão de cobranças e encargos, exclusão de restrições cadastrais, cumprimento de obrigações contratuais, declaração de nulidade de cláusulas consideradas abusivas, regularização de registros ou contratos, além de eventual indenização por danos materiais e morais.
- iii. Ações de natureza trabalhista envolvendo a Sicoob Administradora de Consórcios Ltda., decorrem de alegações relacionadas à relação de emprego e ao cumprimento de obrigações trabalhistas. Entre as demandas constam reclamações de ex-empregados que pleiteiam indenizações e demais verbas decorrentes de supostos constrangimentos, assédio moral, adoecimento ocupacional e dispensa considerada irregular ou injusta, bem como questionamentos acerca do pagamento de verbas rescisórias. Há também um processo no qual foi determinada a penhora de créditos de consórcio pertencentes a terceiro, com determinação judicial de depósito dos valores em conta vinculada ao Juízo, além de aplicação de multa pelo não atendimento tempestivo a ofício judicial. Consta ainda demanda envolvendo embargos de terceiro, proposta por adquirente de cotas de consórcio que alega ter sofrido constrição judicial indevida sobre crédito adquirido de boa-fé. Ademais, há reclamação trabalhista relacionada à dispensa de empregada que alega estabilidade decorrente de gestação à época do desligamento, bem como pleito de reparação por eventuais prejuízos decorrentes da rescisão contratual e interrupção de benefícios.
- iv. Duas ações de natureza tributária e fiscal envolvendo a empresa Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. A primeira refere-se à discussão acerca da restituição de tributos federais supostamente recolhidos de forma indevida, situação que tem motivado debates administrativos e judiciais com a Fazenda Pública. Nessa demanda, busca-se a repetição do indébito tributário, com a restituição dos valores pagos acrescidos da atualização pela taxa Selic, a qual engloba correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo ressarcimento. A segunda consiste em execução fiscal proposta pelo Estado de Goiás em face da Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. e corréu, visando à cobrança de créditos inscritos em dívida ativa referentes ao ICMS, no montante aproximado de R\$ 1.240.
- v. Processos de natureza administrativa (Procon) discutem falhas na prestação de serviços de consórcio, envolvendo cobranças indevidas, divergência de valores de parcelas e boletos, exigências abusivas para liberação de carta de crédito, negativações indevidas, dificuldades de renegociação, restituição de valores, cancelamento contratual, descumprimento de oferta, falta de informação clara ao consumidor e práticas abusivas na cobrança.

## Nota 12 – Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 12 de fevereiro de 2025, foi aprovado, pela Diretoria Executiva do Banco Sicoob, o aumento do capital social da Instituição no valor de R\$ 101.943. Este montante foi integralizado por meio da incorporação de sua reserva de lucros.

O capital social no exercício de 2025 é de R\$ 549.058, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 549.058.000 cotas, no valor R\$ 1,00 cada uma, pertencentes ao sócio Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob.

### b. Reservas de lucros

O Sicoob Administradora destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação da reserva legal, no exercício de 2025 foi destinado o valor de R\$ 6.711 (2º semestre/2025 – R\$ 3.134). O saldo da reserva legal no exercício de 2025 é de

R\$ 19.733. Foi constituída a reserva de lucros – Outras no exercício de 2025 no valor R\$ 126.464 (2º semestre/2025 – R\$ 58.502). O saldo da reserva de lucros – outros no exercício de 2025 é de R\$ 126.464.

## Nota 13 – Receitas de prestação de serviços

São representadas substancialmente por taxas de administração recebidas de consorciados.

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Taxa de veículos/motocicletas	194.375	400.496
Taxa de imóveis	93.688	198.346
Taxa de serviços	5.384	10.510
Outros bens móveis	2.498	4.490
Outras	8.680	15.219
<b>Total</b>	<b>304.625</b>	<b>629.061</b>

## Nota 14 – Despesas tributárias

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Despesas com ISS	15.629	32.215
Despesas com Cofins	25.629	52.232
Despesas com PIS	5.476	11.179
<b>Total</b>	<b>46.734</b>	<b>95.626</b>

## Nota 15 – Ativo Fiscal diferido, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

### a. Ativo e passivo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2025 o Sicoob Administradora possuía constituído a título de ativo fiscal diferido o montante de R\$ 14.434 e R\$ 2.227 constituído a título de passivo diferido tributário. Tanto o ativo quanto o passivo fiscal diferido foram constituídos sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal.

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.  
**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2025**



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Ativo fiscal diferido</b>		
<b>Natureza e origem</b>		
Diferenças temporárias:		
Passivos Contingentes	1.292	1.292
Premiação CNV	4.785	4.785
Provisão Risco de Crédito	7.814	7.814
Provisão Incentivo	19.303	19.303
Perdas com ocorrência de Fraudes	8.000	8.000
Demais Provisões	1.258	1.258
Montante	42.452	42.452
Alíquotas	25%	9%
<b>Créditos tributários constituídos</b>	<b>10.613</b>	<b>3.821</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>10.613</b>	<b>3.821</b>
<b>Passivo fiscal diferido</b>		
<b>Natureza e origem</b>		
Diferenças temporárias:		
Taxa de Administração – inadimplentes	6.549	6.549
Montante	6.549	6.549
Alíquotas	25%	9%
<b>Passivo fiscal diferido constituído</b>	<b>1.638</b>	<b>589</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.638</b>	<b>589</b>

## b. Movimentação

	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Saldos em 31 de dezembro 2024</b>		
Ativo fiscal diferido	11.839	4.262
Passivo fiscal	(1.323)	(476)
<b>Ajuste em resultado</b>	<b>(1.934)</b>	<b>(696)</b>
Ativo fiscal diferido constituído	7.872	2.834
Ativo fiscal diferido baixado	(9.491)	(3.417)
Movimentação do passivo diferido	(315)	(113)
<b>Ajuste em patrimônio líquido</b>	<b>393</b>	<b>142</b>
Ativo fiscal diferido constituído (i)	393	142
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		
Ativo fiscal diferido	10.613	3.821
Passivo fiscal diferido	(1.638)	(589)

- i. Efeitos fiscais sobre os ajustes na provisão de perda de aportes aos grupos e taxa de administração, na data base 12/2024 para atendimento à resolução CMN nº 352/2023, registrado na conta de lucros ou prejuízos acumulados.

### i. Expectativa de realização do ativo fiscal e passivo fiscal diferido

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do ativo fiscal diferido ocorrerá até 2030 e do passivo fiscal diferido em 2027.

	Valor nominal	Valor presente
2026	6.277	5.916
2027	4.549	3.660
2028	1.196	883
2029	1.073	726
2030	1.339	827
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<b>14.434</b>	<b>12.012</b>
2026	1.569	1.478
2027	658	529
<b>Total do passivo fiscal diferido</b>	<b>2.227</b>	<b>2.007</b>

O valor presente do crédito tributário e do passivo diferido foram apurados considerando-se a taxa Selic projetada pelo Bacen para os anos de realização.

#### j. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

	2º semestre		Exercício findo em 31/12/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	93.225	93.225	202.543	202.543
Resultado de participação nos lucros	(478)	(478)	(928)	(928)
Base de Cálculo	92.749	92.749	201.615	201.615
Alíquota de tributação	25%	9%	25%	9%
	<b>23.187</b>	<b>8.347</b>	<b>50.404</b>	<b>18.145</b>
Efeito tributário sobre diferenças temporárias	(2.458)	(885)	(2.949)	(1.062)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes	1.211	441	1.600	585
	<b>(1.247)</b>	<b>(444)</b>	<b>(1.349)</b>	<b>(477)</b>
PAT	(227)	-	(434)	-
Patrocínios Incentivados	(1.696)	-	(1.696)	-
Doações	(1.178)	-	(1.178)	-
Prorrogação Licença Maternidade/Paternidade	(11)	-	(22)	-
	<b>(3.112)</b>	<b>-</b>	<b>(3.330)</b>	<b>-</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>18.828</b>	<b>7.903</b>	<b>45.725</b>	<b>17.668</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente – exercícios anteriores</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.015</b>	<b>366</b>
	<b>18.828</b>	<b>7.903</b>	<b>46.740</b>	<b>18.034</b>

## Nota 16 – Critérios de tributação

O Sicoob Administradora optou pelo critério de tributação com base no lucro real anual, com o pagamento do imposto mensal. A Administradora apura e recolhe o PIS e o COFINS sobre o faturamento mensal, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, e o ISS sobre a prestação dos serviços à alíquota de 5%, de acordo com o decreto 25.508/2005.

## Nota 17 – Despesas de pessoal

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Proventos (i)	4.638	9.173
Encargos sociais (ii)	1.837	3.555
Benefícios (iii)	2.878	5.610
Treinamentos	16	60
Remuneração a estagiários	-	40
<b>Total</b>	<b>9.369</b>	<b>18.438</b>

- i. Referem-se principalmente a salários, gratificações e provisões para 13º salário e férias;
- ii. Referem-se principalmente a provisões de INSS e FGTS de funcionários;
- iii. Referem-se principalmente a benefícios de assistência médica e vale-refeição pagos aos empregados.

## Nota 18 – Outras despesas administrativas

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
comunicações	332	588
Processamento de dados	2.505	5.044
Promoções e relações públicas	2.315	3.653
Propaganda e Publicidade	2.050	2.050
Serviços do sistema financeiro	580	1.110
Serviços de terceiros (i)	11.620	20.967
Comissões sobre vendas (ii)	165.356	346.113
Serviços técnicos especializados	250	429
Serviços de auditoria externa	21	42
Viagens no país	17	29
Desp. de depreciação/amortização	126	252
Outras	1.477	2.692
<b>Total</b>	<b>186.649</b>	<b>382.969</b>

- i. Refere-se principalmente aos serviços prestados de cobrança e serviços terceirizados;
- ii. Refere-se as comissões sobre vendas de consórcio pagas às cooperativas e reconhecidas conforme prazo contratual.

## Nota 19 – Outras receitas operacionais

O resultado de outras receitas operacionais no exercício de 2025 foi de R\$ 32.239 (2º semestre/2025 – R\$ 22.135)

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Seguro prestamista	7.951	15.230
Atualização cotas consórcios (i)	5.189	7.574
Reversões provisões	8.995	10.435
<b>Total</b>	<b>22.135</b>	<b>33.239</b>

- i. Refere-se a atualização dos valores a receber das recompras de cotas canceladas/excluídas adquiridas de consorciados Nota (6a).

## Nota 20 – Outras despesas operacionais

O resultado de outras despesas operacionais no exercício de 2025 foi de R\$ 32.964 (2º semestre /2025 – R\$ 29.927).

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Comissão/treinamento	10	1.672
Prov. perdas com ocorrência de fraudes	406	1.445
Programa de Incentivo (i)	29.504	29.504
Outros	7	343
<b>Total</b>	<b>29.927</b>	<b>32.964</b>

(i) Programa de incentivo às cooperativas pelas vendas de cotas de consórcios.

## Nota 21 – Transações com partes relacionadas

O Sicoob Administradora possui como partes relacionadas o Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob e o Sistema Sicoob, seus administradores, considerados como “pessoal-chave” da Administração, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgações sobre Partes Relacionadas. Os produtos e serviços são comprados da entidade controladora, com base em termos e condições comerciais normais.

### a. Banco Cooperativo Sicoob S.A. – BANCO SICOOB

#### Balanço Patrimonial

	2025
<b>Ativo</b>	
Depósitos bancários	428
Títulos e valores mobiliários (i)	515.298
<b>Total</b>	<b>515.726</b>
<b>Passivo</b>	
Valores a pagar BANCO SICOOB	268
<b>Total</b>	<b>268</b>

i. O saldo representa as aplicações em CDB líquido de impostos.

#### Resultado

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Resultado de títulos e valores mobiliários	40.227	73.562
Despesas c/prestação de serviços	(1.547)	(2.984)
<b>Total</b>	<b>38.680</b>	<b>70.578</b>

## Nota 22 – Outras informações da Administradora

---

### a. Benefícios a empregados – previdência complementar

Em outubro de 2013, o Sicoob Administradora passou a ser patrocinadora da Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementares aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2025, o Sicoob Administradora contava com 81 participantes, as despesas com a Sicoob Previ totalizaram no exercício de 2025 R\$ 369 (2º semestre/2025 R\$ 208).

### b. Participação dos empregados no resultado

O Sicoob Administradora, a partir de 2019, passou a oferecer aos seus funcionários participação nos resultados (PR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), de 15 de fevereiro de 2019. Foi provisionado no exercício de 2025 R\$ 950 registrados em Outras obrigações – Sociais e estatutárias.

## Nota 23 – Principais práticas contábeis para grupos de consórcios

---

### a. Ativo circulante

#### I. Disponibilidades/Aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis vinculados a contemplações e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos. As aplicações seguem as determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

Os saldos das aplicações financeiras incluem os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateios diários proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.

#### II. Direitos junto a consorciados contemplados

Representam os valores a receber de consorciados contemplados. O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data das demonstrações contábeis.

**b. Passivo circulante**

**I. Obrigações com consorciados**

Representam os valores recebidos de Fundo Comum de consorciados não contemplados e grupos em formação.

**II. Valores a repassar**

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração, prêmios de seguros, despesas de registro de contratos e custas judiciais.

**III. Obrigações por contemplações a entregar**

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.

**IV. Recursos a devolver a consorciados**

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

**V. Recursos do grupo**

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo.

**c. Compensação**

**I. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados**

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuição (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos da taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações contábeis.

**II. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições**

Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações contábeis.

**III. Valor dos bens ou serviços a contemplar**

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.

**d. Demonstração das variações nas disponibilidades de grupos consolidada**

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

## I. Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para a aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

## II. Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

### a. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

<b>Operações de Consórcios</b>	<b>2025</b>
Grupos administrados	539
Consortiados ativos	484.404
Consortiados desistentes ou excluídos – total	145.743
Consortiados desistentes ou excluídos – no exercício	33.391
Consortiados contemplados	254.104
Bens pendentes de entrega	68.507
Bens entregues – total	185.597
Bens entregues – no exercício	56.377
Taxa de inadimplência	3,40%

## Nota 24 – Aplicações financeiras – Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) podem ser resumidas em:

	<b>2025</b>
Cotas de fundos de investimentos (i)	4.754.243

i. Referem-se à aplicação no Sicoob DI Fundo de Investimento Referenciado DI.

## Nota 25– Gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital

---

### 1. Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento integrado de riscos incluindo, no mínimo, os riscos de crédito, social, ambiental, climático, mercado, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios (GCN) é realizado pela área de Gestão Integrada de Riscos, conforme dispõe a Resolução CMN 4.557/2017. A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos. As atividades relacionadas ao gerenciamento integrado de riscos consideram os objetivos, as políticas, os processos, os sistemas e as estratégias definidas pelas instituições em consonância com as boas práticas de governança corporativa. A estrutura atualmente definida pela Instituição inclui os seguintes aspectos considerados relevantes de acordo com as boas práticas de governança:

- Segregação de funções entre as áreas de negócio e de riscos;
- Definição de alçadas nos diversos níveis hierárquicos;
- Normativos internos onde estão definidas as políticas, as atividades e os processos relativos ao gerenciamento integrado de riscos.

As decisões relacionadas ao gerenciamento integrado de riscos são tomadas de forma colegiada e observam os aspectos definidos nas políticas e nos respectivos manuais. A estrutura de gerenciamento de riscos tem caráter abrangente e está constituída dos seguintes componentes:

- Estrutura Organizacional;
- Estrutura Normativa;
- Sistemas Computacionais;
- Conformidade;
- Validação; e
- Acompanhamento

### 2. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das entidades do Sicoob é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos. As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as entidades do Sicoob aderiram formalmente. O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelas entidades do Sicoob. Dispõe de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital

e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna. Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Banco Sicoob ([www.bancoob.com.br](http://www.bancoob.com.br)) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

## Nota 26 – Resultado não recorrentes

---

No 2º semestre de 2025, a Instituição avaliou que não houve resultados não recorrentes.

## Nota 27 – Eventos Subsequentes

---

Não houve eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2025.

### Diretoria

---

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu – Diretor-presidente  
Antônio Cândido Vilaça Junior – Diretor  
Ênio Meinen – Diretor  
Francisco Silvio Reposse Junior – Diretor  
Janderson de Miranda Facchin – Diretor  
Marcos Vinicius Viana Borges – Diretor  
Rubens Rodrigues Filho – Diretor

### Contador

---

Primo João Cracco  
CRC-SP 149.703/O-2